



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

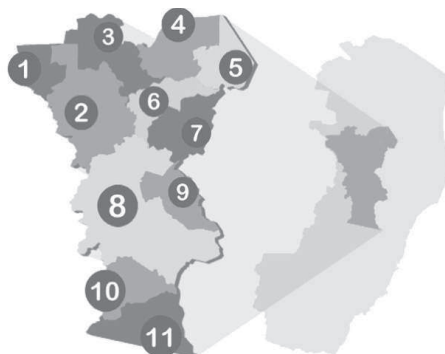
Senhores e Senhoras Acionistas,

A Administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

1. ÁREA DE CONCESSÃO E O MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DA SANTA MARIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina - ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica. A área de concessão da Companhia corresponde a 4.994 km², e abrange os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

1. Alto Rio Novo;
2. Pancas;
3. Águia Branca;
4. São Gabriel da Palha;
5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca);
6. São Domingos do Norte;
7. Governador Lindenberg;
8. Colatina (exceto o distrito de Itapina);
9. Mariilândia;
10. São Roque do Canaã;
11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).



Em 2014 a Santa Maria manteve sua política de atuação sustentável junto aos acionistas, consumidores, colaboradores e à sociedade em geral, buscando sempre a melhoria e eficiência contínua dos serviços prestados e a obtenção de resultados. O número de consumidores passou de 100.056 em 2013 para 103.304 em 2014. A evolução do número de unidades consumidoras por classe dos últimos 5 (cinco) anos é apresentada a seguir:

Classe	Número de unidades consumidoras por classe				
	2014	2013	2012	2011	2010
Residencial	63.663	61.990	59.414	57.533	55.629
Rural	28.484	27.511	26.325	25.024	24.275
Comercial, serviços e outras atividades	8.114	7.788	7.535	7.257	6.932
Industrial	1.839	1.688	1.512	1.344	1.204
Demais classes	1.204	1.079	1.077	1.056	1.029
Total	103.304	100.056	95.863	92.214	89.669

A Santa Maria registrou um crescimento da ordem de 5,46% em seu mercado consumidor, fornecendo 520.635 GWh de energia elétrica em 2014, contra 493.674 GWh em 2013. O consumo das classes industrial e residencial aumentou 8,13% e 6,27%, respectivamente, em relação a 2013. No entanto, a classe rural continua sendo a de maior participação no consumo, com 31,14% do total, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Classes de consumo	Fornecimento em 2014 (GWh)		Participação no consumo	
Rural	162,105		31,14%	
Residencial	125,772		24,16%	
Industrial	99,409		19,09%	
Comercial, serviços e outros	86,399		16,59%	
Iluminação pública	17,885		3,44%	
Poder público	15,756		3,03%	
Serviço público	12,521		2,40%	
Consumo próprio	0,788		0,15%	
Total	520,635		100,00%	

As perdas totais de energia em 2014 foram de 12,59%, acima 2,4 p.p. em relação a 2013. As perdas técnicas aumentaram 1,31 p.p., passando de 6,79% em 2013 para 8,10% em 2014.

A composição da compra de energia elétrica para revenda é apresentada a seguir:

Supridora	Compra de energia elétrica para revenda			
	2014		2013	
	GWh	Percentual	GWh	Percentual
ESCELSA	576,691	96,82%	532,958	96,56%
PROINFA	11,514	1,93%	11,942	2,17%
Geração Própria	7,428	1,25%	7,021	1,27%
Total	595,633	100,00%	551,921	100,00%

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição dos indicadores	Saldos			
	Unidade	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013	Variação %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	204.234	173.164	17,94%
Patrimônio líquido	R\$ mil	139.835	121.297	15,28%
Dívida líquida (a)	R\$ mil	15.872	17.578	-9,71%
Dívida líquida / PL	Veze	0,11	0,14	-21,43%
Dívida bruta / EBITDA	Veze	0,86	0,95	-9,47%
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total	%	31,53	29,95	5,28%
Resultados				
Receita líquida	R\$ mil	178.542	144.221	23,80%
Gastos gerenciáveis e não gerenciáveis	R\$ mil	151.459	121.887	24,26%
EBIT (b)	R\$ mil	25.030	21.010	19,13%
EBITDA (c)	R\$ mil	31.298	26.420	18,46%
Resultado financeiro	R\$ mil	514	720	-28,61%
Resultado antes dos impostos	R\$ mil	27.597	23.054	19,71%
Lucro líquido	R\$ mil	20.671	14.283	44,72%
Margens				
EBITDA (EBITDA / Receita líquida)	%	17,53	18,32	-4,31%
Líquida (Lucro líquido / Receita líquida)	%	11,58	9,9	16,97%
Operacionais				
Investimentos líquidos (d)	R\$ mil	12.889	14.488	-11,04%
Número de consumidores	Mil	103.304	100.056	3,25%
Número de colaboradores	Mil	309	319	-3,13%
DEC	Horas	10,38	5,92	75,34%
FEC	Veze	7,24	5,18	39,77%

(a) Dívida líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa

(b) EBIT = Lucro líquido do exercício + Impostos - Resultado financeiro

(c) EBITDA = Lucro líquido do exercício + Impostos - Resultado financeiro + Amortização

(d) Investimentos líquidos das adições das obrig. vinc. à concessão do serviço público de energia elétrica

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço da Santa Maria se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional, em decorrência, principalmente, dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica.

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

TRANSMITINDO MAIS
ENERGIA PARA SUA VIDA

Os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupções por Cliente e FEC - Frequência Equivalente de Interrupções por Cliente, apesar de elevação em relação aos anos anteriores, permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, conforme tabela a seguir:

Indicadores	Unidade	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013	Dezembro de 2012
DEC	Real	10,38	5,92	7,59
	Meta ANEEL (máximo)	12,74	13,05	13,05
FEC	Real	7,24	5,18	6,79
	Meta ANEEL (máximo)	10,61	10,92	10,92

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Reajuste tarifário anual

Em 12 de agosto de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.776/2014, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Santa Maria, com vigência de 15 de agosto de 2014 a 14 de agosto de 2015.

O processo de reajuste tarifário anual consistiu no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão, tais como compra de energia elétrica, encargos setoriais e o custo pelo uso do sistema de transmissão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IGP-M subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária.

As tarifas da base econômica da Companhia foram, em média, reajustadas em 27,38% (vinte e sete vírgula trinta e oito por cento), sendo 22,75% (vinte e dois vírgula setenta e cinco por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

3.2 Assinatura do quinto termo aditivo ao contrato de concessão

A ANEEL procedeu ao aditamento dos contratos de concessão para distribuição de energia elétrica com o objetivo de reduzir as incertezas quanto ao reconhecimento e a realização/amortização dos ativos e passivos regulatórios, garantindo a sua realização por meio da tarifa durante o prazo da concessão, e a respectiva indenização do saldo remanescente ao final do prazo da concessão, juntamente com os ativos reversíveis vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Após o aditamento aos contratos de concessão, o que eliminou as incertezas que impediam o reconhecimento desses ativos e passivos regulatórios na contabilidade societária, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu a Orientação Técnica CPC 08 (CTG 08), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 2.014/2014 e pela Deliberação CVM nº 732/2014, admitindo o reconhecimento contábil desses ativos e passivos, inclusive denominando-os de ativos e passivos financeiros setoriais.

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o quinto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL, celebrado entre a União e a Santa Maria, o que permitiu o reconhecimento de R\$ 4,7 milhões no balanço societário da Companhia.

3.3. Revisão tarifária extraordinária

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL homologou os resultados da revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

As novas tarifas de aplicação entraram em vigor a partir do dia 2 de março de 2015 e permanecerão vigentes até a data do próximo reajuste tarifário anual, o que, no caso da Santa Maria, ocorrerá em 15 de agosto de 2015. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor da Santa Maria é de 21%.

Os principais eventos que motivaram essa revisão tarifária extraordinária são os seguintes:

- Custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo - MCP;
- Risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física - CGGF;
- Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética;
- Aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipi, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste; e
- Aumento da Quota de CDE.

3.4. Prorrogação das concessões de distribuição

Conforme Cláusula Terceira, o contrato de concessão para distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL, celebrado entre a União e a Santa Maria, tem prazo de vigência até 7 de julho de 2015. A Subcláusula Primeira da Cláusula Terceira estabelece que o prazo da concessão poderá ser prorrogado pelo período de 20 (vinte) anos, mediante requerimento da concessionária apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato em vigor, nos termos da Subcláusula Segunda da Cláusula Terceira.

Com base nesses dispositivos, a Santa Maria, cumprindo todas as exigências regulatórias, protocolou na ANEEL, no dia 10 de maio de 2012, sob o nº 48513.016058/2012-00, solicitação de prorrogação do prazo da concessão por mais 20 (vinte) anos, por meio da correspondência CP1507/2012, de 7 de maio de 2012.

Através do Ofício nº 336/2012-SCT/ANEEL, de 23 de maio de 2012, aquela agência reguladora acusou o recebimento da solicitação de prorrogação do prazo da concessão efetuada pela Santa Maria, e informou o número do processo 48500.002851/2012-24, aberto para esse fim.

Com o advento da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, o governo federal apresentou medidas para reduzir a conta de energia elétrica a partir de janeiro de 2013, em média, em 20,2%, e dispôs, ainda, que as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modalidade tarifária. Em observância a esses novos diplomas legais, a Santa Maria protocolou na ANEEL, no dia 5 de outubro de 2012, sob o nº 48513.03327/2012-00, ratificação à solicitação de prorrogação do prazo da concessão protocolada em 10 de maio de 2012, reiterando-a apenas no que diz respeito ao prazo que amplia para 30 (trinta) anos, por meio da correspondência CP14225/2012, de 2 de outubro de 2012.

Posteriormente, por meio do Ofício Circular nº 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre os requerimentos de prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, e informou que, diante da legislação vigente, sua competência regulatória se limita à análise desses requerimentos, cabendo ao poder concedente (Ministério de Minas e Energia) a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Desde então, não houve nenhum posicionamento oficial do governo federal em relação à prorrogação dessas concessões de distribuição de energia elétrica.

Mesmo diante desse cenário, ainda mais agravado pelos problemas decorrentes da situação hidrológica desfavorável, a Santa Maria vem realizando os investimentos necessários à manutenção da qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores, no pressuposto da continuidade da concessão.

Em recente entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, o Exmo. Senhor ministro de Minas e Energia disse que o modelo de renovação dos contratos já foi definido e deve ser adotado no mês de abril, onde serão estabelecidos planos quinquenais de investimentos, com metas verificáveis a cada 12 meses, com o objetivo de dar um salto de qualidade nos indicadores operacionais das empresas.

3.5. Outros assuntos

A Santa Maria deverá ser desclassificada da condição de concessionária com mercado inferior ou igual a 500 GWh/ano em 2015, o que, de acordo com as normas regulatórias, reduzirá o seu contrato de suprimento mantido com a ESCELSA em 20% ao ano a partir de 2017, conforme Ofício nº 38/2015-SRG-SGT-SEM/ANEEL, de 13 de março de 2015.

A energia elétrica necessária para suprir essa redução de energia contratada, bem como o crescimento de mercado que venha a ocorrer, passará a ser adquirida pela Santa Maria no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos leilões de energia elétrica realizados pelo Poder Concedente.

Em cumprimento às disposições legais, após a desclassificação, a Santa Maria também deverá realizar a segregação da atividade de geração da de distribuição.

4. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DA QUALIDADE PERCEBIDA PELO CLIENTE - PESQUISA ABRADEE

Sempre atenta à opinião de seus consumidores, a Santa Maria participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que mede, dentre outros, o ISQ - Índice de Satisfação Geral e o ISQP - Índice de Satisfação da Qualidade Percebida. Os resultados de 2014 e 2013 são apresentados a seguir:

Índice	Dezembro de 2014	Dezembro de 2013
ISG	86,5	81,5
ISQP	87,8	89,0

5. INVESTIMENTOS

A Santa Maria realizou em 2014 investimentos da ordem de R\$ 12,8 milhões em expansão do sistema elétrico, melhoramento de redes e outros. O montante investido corresponde ao valor já deduzido dos recursos recebidos na forma de doações e subvenções (Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica), conforme demonstrado a seguir:

Instalações	2014	2013
Redes de distribuição	7.979	8.414
Subestações	2.737	3.472
Sistema de Medição	1.059	633
Veículos	354	1.659
Outras	760	311
Total	12.889	14.488

6. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Santa Maria obteve novo reconhecimento por meio do prêmio IASC (Índice ANEEL de satisfação do consumidor) 2014 como a quinta distribuidora melhor avaliada do Brasil, com índice de satisfação do consumidor de 82,72% e conceito excelente. Em sua categoria, acima de 30 mil até 400 mil unidades consumidoras, foi a segunda distribuidora melhor avaliada das regiões sul e sudeste.

Continua>>>

Continuação



7. BALANÇO SOCIAL - MODELO IBASE

1 - Base de cálculo	2014			2013		
	(não auditado)			(não auditado)		
Receita líquida (RL)			178.542			144.221
Resultado operacional (RO)			27.597			23.054
Folha de pagamento bruta (FPB)			11.154			10.285
2 - Indicadores sociais internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	475	4,26%	0,27%	203	1,97%	0,14%
Encargos sociais compulsórios	5.360	48,05%	3,00%	4.841	47,07%	3,36%
Previdência privada	602	5,40%	0,34%	552	5,37%	0,38%
Plano de saúde	281	2,52%	0,16%	244	2,37%	0,17%
Segurança e medicina do trabalho	25	0,22%	0,01%	22	0,21%	0,02%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	17	0,15%	0,01%	70	0,68%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (vale-transporte / seguro de vida)	123	1,10%	0,07%	133	1,29%	0,09%
Total dos indicadores sociais internos	6.883	61,70%	3,86%	6.065	58,96%	4,21%
3 - Indicadores sociais externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	50	0,18%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	10	0,04%	0,01%	10	0,04%	0,01%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	8	0,03%	0,00%	9	0,04%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	10	0,04%	0,01%	28	0,13%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	78	0,29%	0,05%	47	0,21%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.153	58,53%	9,05%	17.667	76,63%	12,25%
Total dos indicadores sociais externos	16.231	58,82%	9,10%	17.714	76,84%	12,29%
4 - Indicadores ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	1	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	72	0,26%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	73	0,26%	0,04%	-	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:						
	() não possui metas	() cumpre de 51 a 71%	() cumpre de 51 a 71%	() não possui metas	() cumpre de 51 a 71%	() cumpre de 51 a 71%
	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	(X) cumpre de 76 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional	2014			2013		
	(não auditado)			(não auditado)		
Nº de empregados (as) ao final do período			309			319
Nº de admissões durante o período			60			61
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			67			95
Nº de estagiários (as)			-			-
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			96			95
Nº de mulheres que trabalham na empresa			26			27
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			10,34			7,41
Nº de negros (as) que trabalham na empresa			26			28
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			-			3,70
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			11			12
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2014			Metas 2015		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			25,07			25,07
Número total de acidentes de trabalho			2			-
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + CIPA	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + CIPA
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 725	No Procon: 2	Na justiça: 8	Na empresa: 784	No Procon: 3	Na justiça: 8
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No Procon: 100,00%	Na justiça: 75,00%	Na empresa: 96,17%	No Procon: 66,00%	Na justiça: 75,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):			103,718			93,617
Distribuição do valor adicionado (DVA):		59,88% governo 12,85% acionistas 1,98% terceiros	16,23% colaboradores (as) 9,06% retido		61,79% governo 11,02% acionistas 2,25% terceiros	16,29% colaboradores (as) 8,65% retido

8. AGRADECIMENTOS

A Administração da Santa Maria agradece aos seus colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores, comunidade em geral e aos demais públicos pela contribuição recebida para o cumprimento de seus objetivos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo	Notas	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.193	7.533	Fornecedores	12	15.231	10.281
Consumidores	5	23.248	18.418	Tributos e contribuições sociais a pagar	13	5.611	4.345
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	649	433	Participações estatutárias	17	2.053	1.324
Ativos financeiros setoriais	7	4.762	-	Dividendos propostos e JCP	17	9.227	7.133
Reembolsos do fundo da CDE (Descontos tarifários)	8	23.162	9.881	Empréstimos e financiamentos	14	9.861	6.062
Outros ativos	9	3.205	2.148	Encargos do consumidor a recolher	15	2.371	111
				Outros passivos	16	2.600	3.442
Total do circulante		66.219	38.413	Total do circulante		46.954	32.698
Não circulante				Não Circulante			
Tributos e contribuições sociais compensáveis	6	1.028	1.125	Empréstimos e financiamentos	14	17.204	19.049
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	10	121.791	110.102	Outros passivos	16	241	120
Intangível	11	13.710	22.245	Total do não circulante		17.445	19.169
Outros ativos	9	1.486	1.279	Patrimônio líquido	17		
				Capital social		91.000	85.000
Total do não circulante		138.015	134.751	Reserva de capital		3.463	2.838
				Reservas de lucro		45.372	33.459
Total do ativo		204.234	173.164	Total do patrimônio líquido		139.835	121.297
				Total do passivo		204.234	173.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação

Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09TRANSMITINDO MAIS
ENERGIA PARA SUA VIDA

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

	Notas	2014	2013		2014	2013
Receita líquida das atividades continuadas	19	178.542	144.221	Fluxo de caixa da atividade operacional		
Despesas operacionais				Arrecadação	205.686	187.750
Pessoal		(16.837)	(15.246)	Recebimento da CDE	15.128	-
Materiais		(3.509)	(3.569)	Recebimento de subvenção baixa renda	2.592	2.231
Serviços de terceiros		(7.791)	(7.794)	Fornecedores	(129.639)	(108.424)
Energia elétrica comprada para revenda	20	(115.951)	(87.151)	Salários e encargos sociais	(9.195)	(10.597)
Amortização		(6.268)	(5.410)	Impostos e contribuições	(60.235)	(59.773)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		(1.103)	(2.717)	Encargos setoriais	(6.155)	(11.635)
		(151.459)	(121.887)	Repasse da CIP e Outros	(8.613)	-
				Outros recebimentos (pagamentos)	598	10.237
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		27.083	22.334	Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	10.167	9.789
Resultado financeiro	21			Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Receitas financeiras		4.589	3.280	Alienação de materiais	427	907
Despesas financeiras		(4.075)	(2.560)	Aquisição de imobilizado	(7.701)	(11.376)
		514	720	Dividendos pagos	(36)	(7.657)
				Participações estatutárias	-	(2.378)
Lucro antes dos impostos		27.597	23.054	Recursos líquidos provenientes da atividade de investimento	(7.310)	(20.504)
Impostos	22			Fluxo de caixa da atividade de financiamento		
Imposto de renda		(3.555)	(5.623)	Empréstimos e financiamentos	5.478	1.041
Contribuição social		(1.318)	(1.824)	Subvenção econômica	2.639	3.143
		(4.873)	(7.447)	Serviço da dívida (principal e encargos)	(7.314)	(7.607)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		22.724	15.607	Outros recebimentos (pagamentos)	-	1.116
Participações estatutárias		(2.053)	(1.324)	Recursos líquidos provenientes da atividade de financiamento	803	(2.307)
Lucro líquido do exercício		20.671	14.283	Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	3.660	(13.022)
Lucro por ação		4,30	3,08	Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.533	20.555
				Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	11.193	7.533
				Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	3.660	(13.022)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reserva de lucros Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	80.000	5.177	12.533	7.929	12.096	-	117.735
Aumento de capital cfe. AGO/E de 24/04/2013	293	-	-	-	(293)	-	-
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	4.707	(4.707)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.283	14.283
Destinações ao lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	596	-	(596)	-
Proposta da administração para distribuição de dividendos:							
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	(1.105)	(1.536)	(2.641)
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	(624)	(2.282)	(2.906)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(5.174)	(5.174)
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	-	-	-	-	(2.368)	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	2.327	(2.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	85.000	2.838	12.533	8.525	12.401	-	121.297
Aumento de capital cfe. AGO/E de 28/04/2014	4.435	-	-	-	-	-	4.435
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	1.565	(1.565)	-	-	-	-	-
Reversão de provisão do exercício 2013:							
Participações estatutárias	-	-	-	-	1.324	-	1.324
Proposta da administração para distribuição de dividendos	-	-	-	-	3.818	-	3.818
Ajustes relacionados ao reconhecimento de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	(439)	-	(439)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.671	20.671
Destinações ao lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva legal	-	-	-	924	-	(924)	-
Proposta da administração para distribuição de dividendos:							
Dividendos - Ações ordinárias	-	-	-	-	-	(2.910)	(2.910)
Dividendos - Ações preferenciais	-	-	-	-	-	(2.444)	(2.444)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(5.917)	(5.917)
Incentivo fiscal lucro da exploração e redução para reinvestimento	-	-	-	-	-	(2.190)	-
Lucros acumulados para reserva de lucros	-	-	-	-	6.286	(6.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.000	3.463	12.533	9.449	23.390	-	139.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reaisDEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia é a distribuição de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL, com prazo de vigência até 7 de julho de 2015.

A Santa Maria gera e transmite aproximadamente 1,25% da energia elétrica requerida pelo seu sistema, contando, para tanto, com quatro usinas hidrelétricas. Os 98,75% restantes de sua energia elétrica distribuída são adquiridos da sua supridora ESCELISA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. e do PROINFRA.

A área de concessão da Companhia, que corresponde a 4.994 km², abrange os seguintes municípios do Estado do Espírito Santo:

Municípios	Nº de consumidores por município	
	2014	2013
Água Branca	4.092	3.939
Alto Rio Novo	3.132	3.056
Colatina (exceto o distrito de Itapina)	49.793	48.269
Marilândia	5.657	5.373
Pancas	7.750	7.516
São Roque do Canaã	4.587	4.465
Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	1.933	1.890
São Domingos do Norte	4.116	3.923
São Gabriel da Palha	13.914	13.548
Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	3.475	3.349
Governador Lindenberg	4.855	4.740
Total	103.304	100.056

1.1. Prorrogação das concessões de distribuição

A Companhia protocolou na ANEEL, no dia 10 de maio de 2012, sob o nº 48513.016058/2012-00, solicitação de prorrogação do prazo da concessão por mais 20 (vinte) anos, por meio da correspondência CP/1507/2012, de 7 de maio de 2012.

Posteriormente, com o advento da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e do Decreto nº 7.805/2012, a Companhia ratificou a solicitação de prorrogação do prazo da concessão protocolada em 10 de maio de 2012, retificando-a apenas no que diz respeito ao prazo que amplia para 30 (trinta) anos, por meio da correspondência CP/4225/2012, de 2 de outubro de 2012.

Por meio do Ofício Circular nº 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre os requerimentos de prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, e informou que, diante da legislação vigente, sua

Geração do valor adicionado

	2014	2013
Fornecimento de energia elétrica	197.782	172.448
Outras receitas operacionais	37.996	22.176
Energia elétrica comprada para revenda	(115.951)	(87.151)
Serviços de terceiros	(7.791)	(7.794)
Materiais	(3.509)	(3.569)
Outras despesas (receitas)	(3.130)	(363)
Valor adicionado bruto	105.397	95.747
Quotas de reintegração	(6.268)	(5.410)
Valor adicionado líquido	99.129	90.337
Receitas financeiras	4.589	3.280
Valor adicionado total	103.718	93.617
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	(16.837)	(15.246)
Impostos, taxas e contribuições	(62.109)	(57.850)
Encargos de dívidas e juros	(1.198)	(1.369)
Aluguéis	(850)	(739)
Dividendos, participações estatutárias e JCP	(13.324)	(10.316)
Lucros retidos	(9.400)	(8.097)
	(103.718)	(93.617)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

competência regulatória se limita a análise desses requerimentos, cabendo ao poder concedente (Ministério de Minas e Energia) a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos.

Desde então, não houve nenhum posicionamento oficial do governo federal em relação à prorrogação dessas concessões de distribuição de energia elétrica.

A Companhia continua realizando os investimentos necessários à manutenção da qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores, em cumprimento ao disposto no contrato de concessão, no pressuposto da continuidade da concessão.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro

Continuação

... Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09SANTA
MARIATRANSMITINDO MAIS
ENERGIA PARA SUA VIDA**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais**

(International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, que não foi conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
A Administração da Companhia autorizou a conclusão dessas demonstrações financeiras em 13 de março de 2015.
A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Embora a Administração utilize premissas e julgamentos que são revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

(b) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado ou a ser faturado, e incluem:

- Os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia;
- Os valores faturados a consumidores finais, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;
- A provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, calculada com base nos critérios estabelecidos na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a qual é considerada suficiente para a realização das contas a receber.

(c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

(d) Ativo financeiro intangível (Concessão)

A Companhia reconhece um ativo financeiro decorrente do contrato de concessão a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro está registrado pelo Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com base no valor dos ativos em serviço vinculados à concessão e que serão revertidos ao Poder Concedente ao final da concessão.

(e) Intangível

Compreende o direito da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. O ativo intangível é mensurado ao seu valor de custo, o qual inclui também os encargos financeiros de empréstimos, quando aplicável. Este ativo está registrado pelo seu valor histórico e a amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado com mudança de estimativas contábeis.

(f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamentou a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, cuja alienação é destinada à utilização de encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

(g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

(h) Fornecedores

Inclui os saldos a pagar relativos ao suprimento de energia elétrica, aos encargos de uso da rede elétrica e as aquisições de materiais e serviços de terceiros.

(i) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

(k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), aplicando-se, de acordo com a legislação vigente, a alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social sobre o lucro decorrente do resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia não possui imposto de renda e contribuição social diferidos, e considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009).

Em 06 de outubro de 2009, a Companhia obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o Laudo Constitutivo nº 0107/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB com jurisdição sobre o município de sua sede.

Esta subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de capital, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

(l) Benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefícios complementares de aposentadoria a empregados, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida.

De acordo com a Deliberação CVM nº 800/2009, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período.

Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço. Os planos são mantidos pelo HSBC Fundo de Pensão, entidade fechada de previdência complementar.

(m) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da prestação do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura. A energia fornecida e não faturada corresponde ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada na conclusão do trabalho executado, consistente com as políticas contábeis da Companhia para o reconhecimento de receitas de contratos de construção. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia.

Para as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, a margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, a totalidade dos investimentos finalizados adicionada ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção.

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, que são reconhecidos no resultado.

(n) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009 a Interpretação Técnica IPCO01 (ITG 01) - Contratos de Concessão, aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/2009, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia possui tais características, esta interpretação é aplicável.

De acordo com a IPCO01 (ITG 01), a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida conforme um dos modelos contábeis previstos na interpretação, que são os modelos do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão, e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado, que inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização da infraestrutura da concessão, cobrados dos usuários.

(o) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

(p) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operação com instrumentos financeiros derivativos com objetivo exclusivo de proteger a variação cambial de empréstimo obtido em moeda estrangeira.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo e aos sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados em: instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, instrumentos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

3 EVENTOS SIGNIFICATIVOS OCORRIDOS NO ANO DE 2014**3.1. Reajuste tarifário de 2014**

Em 12 de agosto de 2014, por meio da Resolução Homologatória nº 1.776/2014, a ANEEL aprovou o resultado do reajuste tarifário anual da Santa Maria, com vigência de 15 de agosto de 2014 a 14 de agosto de 2015.

O processo de reajuste tarifário anual consistiu no repasse aos consumidores dos custos não gerenciáveis da concessão, tais como compra de energia elétrica, encargos setoriais e o custo pelo uso do sistema de transmissão (Parcela A) e na atualização dos custos gerenciáveis (Parcela B) pela variação do IGP-M subtraída do Fator X, que repassa aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária.

As tarifas da base econômica da Companhia foram, em média, reajustadas em 27,38% (vinte e sete vírgula trinta e oito por cento), sendo 22,75% (vinte e dois vírgula setenta e cinco por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes.

3.2. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 (Conversão da MP 627/2013)

A Lei nº 12.973/2014 introduziu significativas mudanças nas regras tributárias federais, com adoção obrigatória a partir de janeiro de 2015 e facultativa no ano-calendário 2014. A referida legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos da aplicação dessas novas regras e concluiu que sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.3. Reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais

Considerando a assinatura, em 10 de dezembro de 2014, do quinto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL celebrado entre a União e a Santa Maria, bem como a Orientação Técnica OCP08 (CTG 08), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovada pela Resolução CFC nº 2.014/2014, a Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações financeiras societárias os ativos e/ou passivos financeiros setoriais, conforme nota explicativa nº 7.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2014	2013
Caixa e bancos conta movimento	1.938	1.360
Aplicações financeiras de renda fixa	9.255	6.173
Total	11.193	7.533

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 CONSUMIDORES

Composição	2014					2013
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	PCLD	Saldo líquido	Saldo líquido
Fornecimento faturado						
Residencial	3.721	1.847	101	(101)	5.568	4.320
Industrial	3.148	818	291	(144)	4.113	2.884
Comercial, serviços e outros	2.912	773	321	(270)	3.736	2.775
Rural	656	830	54	(25)	1.515	1.447
Poder público	667	82	-	-	749	545
Iluminação pública	531	37	28	(28)	568	347
Serviço público	485	3	-	-	488	313
Fornecimento não faturado	5.538	-	-	-	5.538	5.054
Outros créditos	1.068	-	-	(95)	973	733
Total	18.726	4.390	795	(663)	23.248	18.418

Os valores relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD foram apropriados em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- Demais classes vencidas há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi realizada uma análise criteriosa do saldo de consumidores, sendo o valor constituído considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

6 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
IRPJ e CSLL	284	32	-	-
ICMS (a)	343	375	1.028	1.125
Outros	22	26	-	-
Total	649	433	1.028	1.125

(a) Os valores de ICMS a recuperar referem-se aos créditos apropriados conforme Lei Complementar nº 87/1996.

7 ATIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2010, a Companhia deixou de reconhecer esses ativos e/ou passivos financeiros setoriais com base no entendimento de que os mesmos não atendiam plenamente as definições de ativo e passivo contábeis na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro do CPC e do IFRS. Tal entendimento decorria de que:

a) Sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade (a entrega futura de energia elétrica); e

b) Não era praticável saber, no momento do surgimento desses direitos ou obrigações, se e quais os efetivos compradores dessa energia no futuro que pagariam essas diferenças ou as teriam devolvidas em suas contas de energia elétrica. Adicionalmente, não havia consenso se a legislação em vigor garantia, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento ou pagamento desses valores nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou a obrigação ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo.

Para reduzir as incertezas quanto ao reconhecimento e a realização ou liquidação desses ativos e/ou passivos e, consequentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas demonstrações financeiras, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, garantindo a sua realização por meio da tarifa até o prazo da concessão, ou por meio da indenização ao final do prazo da concessão.

Com o aditamento dos contratos de concessão, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu a Orientação Técnica OCP08 (CTG 08), aprovada pela Resolução CFC nº 2.014/2014, considerando não mais haver incertezas significativas que sejam impeditivas ao reconhecimento desses ativos e/ou passivos na contabilidade societária.

Como se trata de ativos e passivos recuperados por meio da tarifa cobrada do consumidor, a referida Orientação Técnica determina que os mesmos sejam considerados ativos e passivos financeiros, conforme o caso, em contrapartida à receita operacional, no resultado do exercício.

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o quinto termo aditivo ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL celebrado entre a União e a Santa Maria, possibilitando o reconhecimento contábil dos seguintes valores em 2014:

Continuação

Continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

Composição	2014	
	Ativos Financeiros Setoriais	Passivos Financeiros Setoriais
CVA		
Utilização Rede Básica	382	-
CDE	503	-
PROINFA	222	(12)
Energia Comprada	4.121	-
Subtotal CVA	5.228	(12)
Neutralidade da Parcela A		
CDE	-	(199)
TFSEE	5	(14)
PROINFA	-	(246)
Subtotal Neutralidade da Parcela A	5	(459)
Total	5.233	(471)

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos orçados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados são superiores aos custos efetivamente incorridos.

8 REEMBOLSOS DO FUNDO DA CDE (DESCONTOS TARIFÁRIOS)

O saldo de R\$ 23.162 (R\$ 9.881 em 2013) refere-se a contas a receber da Eletrobrás relativo aos descontos nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição para a atividade rural, irrigante e tratamento de água, esgoto e saneamento. Esses descontos foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pela Medida Provisória nº 605/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, através da Eletrobrás, gestora do fundo. No entanto, os repasses não vêm ocorrendo de forma regular. O quadro a seguir apresenta a composição do saldo a receber pela Companhia em 31 de dezembro de 2014:

Competência	Reembolsos do fundo da CDE (Descontos tarifários)	
	Ato legal	Valor cota fixa
06/14	REH ANEEL 1.584/2013	1.989
07/14	REH ANEEL 1.584/2013	1.989
08/14	REH ANEEL 1.776/2014	3.188
09/14	REH ANEEL 1.776/2014	3.188
10/14	REH ANEEL 1.776/2014	3.188
11/14	REH ANEEL 1.776/2014	3.188
12/14	REH ANEEL 1.776/2014	3.188
Subtotal		19.918
Saldo de diferenças mensais a considerar no próximo período tarifário		3.244
Total		23.162

9 OUTROS ATIVOS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
Estoques	1.260	867	-	-
Subsídio residencial baixa renda	514	556	-	-
Serviços prestados a terceiros	615	100	-	-
Outros	1.281	1.163	187	157
(-) PCLD	(465)	(538)	(113)	-
Depósito reinvestimento Banco do Nordeste (a)	-	-	1.412	1.122
Total	3.205	2.148	1.486	1.279

(a) O saldo de R\$ 1.412 (R\$ 1.122 em 2013) registrado no ativo não circulante é composto por depósitos efetuados em conta vinculada no Banco do Nordeste, e é decorrente do incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração e acrescido de 50% de recursos próprios da Companhia. Os valores, que são remunerados à taxa de 95% do CDI, são resgatados à medida que os projetos apresentados pela Companhia são aprovados pela SUDENE.

10 ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

O saldo de R\$ 121.791 (R\$ 110.102 em 2013) registrado no ativo não circulante da Companhia refere-se a crédito a receber do Poder Concedente, relacionado ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Esse ativo financeiro está avaliado a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, que são reversíveis ao Poder Concedente ao final do prazo de concessão. A movimentação do exercício é a seguinte:

Movimentação	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2013	110.102
Adições por transferências do ativo intangível	13.757
Obrigações especiais	(2.068)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	121.791

11 INTANGÍVEL

11.1. Ativo intangível

Direito de concessão (infraestrutura)	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	65.065	(61.145)	3.920	10.559
Em curso	10.228	-	10.228	12.899
Valor líquido	75.293	(61.145)	14.148	23.458
(-) Obrig. vinc. à concessão deservido público de energia elétrica	-	-	(438)	(1.213)
Total do ativo intangível			13.710	22.245

Os investimentos na rede de distribuição são inicialmente registrados no intangível em curso, durante o período de construção. Quando finalizados e em conformidade com a ITG 01, os investimentos são bifurcados e parte do valor é registrada no intangível em serviço, referente ao valor que será amortizado durante o prazo de concessão. A outra parte é transferida para o ativo financeiro da concessão e será recebida como indenização ao final da concessão. Compete a ANEEL estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização quando do término do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão. As taxas de amortização aplicadas pela Companhia estão de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

As mutações do ativo intangível no exercício de 2014 são apresentadas a seguir:

11.2. Demonstração das mutações do ativo intangível

Direito de concessão (infraestrutura)	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos		Transferências para ativo financeiro indenizável		Amortizações		Baixas		Valor líquido em 31/12/2014
		Ingressos	Transferências para ativo financeiro indenizável	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Amortizações	Baixas	Baixas		
Em serviço	10.559	-	15.182	(13.757)	(6.515)	(1.549)	-	-	-	10.228
Em curso	12.899	12.511	(15.182)	-	-	-	-	-	-	14.148
Valor líquido	23.458	12.511	-	(13.757)	(6.515)	(1.549)	-	-	-	22.245
(-) Obrigações especiais	(1.213)	(570)	-	-	999	346	(438)	-	-	13.710
Total do ativo intangível	22.245	11.941	-	(13.757)	(5.516)	(1.203)	-	-	-	13.710

12 FORNECEDORES

Composição	2014	2013
Suprimento de energia elétrica	13.732	8.855
Encargos de uso da Rede Básica	562	324
Materiais e serviços	937	1.102
Total	15.231	10.281

13 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Composição	2014	2013
ICMS	4.199	1.877
PIS/ COFINS	828	905
INSS	307	326
FGTS	111	78
IRRF	94	90
ISS	2	22
IRPJ	-	791
CSLL	41	216
Outros	29	40
Total	5.611	4.345

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição Financeira	Atualização	2014		2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda Nacional					
Eletrobrás (a)	6,00% a.a.	3.172	11.185	3.172	14.357
CEF (b)	TJLP + 2,50% a.a.	47	-	2.242	-
CEF (c)	4,50% a.a.	1	-	242	46
BNB (d)	10,00% a.a.	31	-	84	31
Banco do Brasil S.A. (e)	2,50% a.a.	325	2.265	88	2.590
Banco do Brasil S.A. (e)	3,50% a.a.	42	1.901	-	601
Banco do Brasil S.A. (e)	5,50% a.a.	234	1.189	234	1.424
Banco do Brasil S.A. (e)	6,00% a.a.	-	664	-	-
Subtotal moeda nacional		3.852	17.204	6.062	19.049
Moeda Estrangeira					
Itaú Unibanco S.A. (f)	VC + 1,462% a.a.	6.009	-	-	-
Subtotal moeda estrangeira		6.009	-	-	-
Total		9.861	17.204	6.062	19.049

(a) Abertura de crédito pela Eletrobrás, com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), para realização de obras que integram o Programa de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos"), do Ministério de Minas e Energia.

(b) Contratos de abertura de crédito com repasse da Caixa Econômica Federal (FAT), utilizados na aquisição de equipamentos para a SE Henrique Nunes Coutinho e a LT 138KV, ligando a Usina Mascarenhas a SE Henrique Nunes Coutinho.

(c) Contrato Cédula de Crédito Bancário com repasse da Caixa Econômica Federal, utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(d) Contrato Cédula de Crédito Comercial com repasse do Banco do Nordeste do Brasil S.A., utilizado na aquisição de diversos equipamentos e aplicados na área de concessão da Companhia.

(e) Contratos de Crédito Bancário Internacional com repasse do Banco Itaú Unibanco S.A., utilizado para capital de giro, atrelado ao dólar. A Companhia realizou a proteção da variação cambial deste passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.7.

(f) Em 31 de dezembro de 2014, os saldos das parcelas relativas ao principal dos financiamentos registrados no passivo não circulante da Companhia tinham os seguintes vencimentos:

Ano	R\$ mil
2016	3.853
2017	3.652
2018	2.909
2019	2.683
2020	2.120
2021	1.062
2022	706
2023	172
2024	47
Total	17.204

Relação dos contratos registrados no passivo não circulante e vencimento da última parcela:

Instituição	Contrato	Vencimento da última parcela
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	19.820.112.504.594	abr/14
Caixa Econômica Federal	218.687-02/07	dez/14
Caixa Econômica Federal	0172.715.00000001/23	jan/15
Caixa Econômica Federal	0172.715.00000054/35	abr/15
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	19.820.113.344.651	mai/15
Caixa Econômica Federal	0172.715.00000055/16	jul/15
Eletrobrás	ECFS - 020/2004	jul/16
Eletrobrás	ECFS - 098/2005	dez/17
Eletrobrás	ECFS - 183/2007	ago/19
Eletrobrás	ECFS - 226/2008	out/20
Banco do Brasil S.A.	40/00513-5	jan/21
Eletrobrás	ECFS - 256/2009	jun/21
Eletrobrás	ECFS - 296/2010	jul/22
Banco do Brasil S.A.	40/00805-3	nov/22
Banco do Brasil S.A.	40/00857-6	dez/22
Banco do Brasil S.A.	40/00855-X	dez/22
Banco do Brasil S.A.	40/00877-0	jan/23
Banco do Brasil S.A.	40/00873-8	jan/23
Banco do Brasil S.A.	40/00991-2	set/23
Banco do Brasil S.A.	40/00980-7	out/23
Banco do Brasil S.A.	40/00979-3	nov/23
Banco do Brasil S.A.	40/01099-6	jun/24
Banco do Brasil S.A.	40/01100-3	jun/24
Banco do Brasil S.A.	40/01107-0	jul/24
Banco do Brasil S.A.	40/01108-9	jul/24

Continuação

Continuação

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.

NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09TRANSMITINDO MAIS
ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

15 ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

Composição	2014	2013
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	212	111
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	28	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	49	-
Ministério de Minas e Energia - MME	22	-
Programa de Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	242	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	1.818	-
Total	2.371	111

16 OUTROS PASSIVOS

Composição	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações sociais	1.571	163	-	-
Obrigações estimadas com pessoal	-	1.282	-	-
Repasses da CIP	941	1.020	-	-
Outros	88	977	241	120
Total	2.600	3.442	241	120

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) *Capital social*
O capital social da Companhia está representado por ações nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie / Classe	2014		2013	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias	3.193.887	60.455	3.081.205	56.469
Preferenciais	1.613.717	30.545	1.556.784	28.531
	4.807.604	91.000	4.637.989	85.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		29,09		26,15

(b) *Reserva de lucros (investimentos)*

A Administração da Companhia destinou os montantes de R\$ 924 para constituição de reserva legal e R\$ 6.286 para constituição de reserva de investimentos, para a execução de planos de investimentos, no pressuposto de aprovação em Assembleia Geral.

(c) *Participações estatutárias*

As participações estatutárias foram calculadas de acordo com as disposições do estatuto social da Companhia, a saber:

	2014
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	22.724
Incentivo fiscal lucro da exploração e reinvestimento	(2.190)
Lucro líquido ajustado	20.534
Participações estatutárias (10%)	2.053

(d) *Dividendos propostos e JCP*

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se as disposições do Estatuto Social. As ações ordinárias são remuneradas com base em 25% do lucro líquido do exercício ajustado. As ações preferenciais são remuneradas com base em 8% sobre o seu valor nominal, sendo o valor distribuído por ação nunca inferior ao valor distribuído às ações ordinárias.

O capítulo III do Estatuto Social da Companhia estabelece que, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, haverá uma Assembleia Geral para:

- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

	2014
Lucro líquido do exercício	20.671
Incentivo fiscal lucro da exploração e reinvestimento	(2.190)
Constituição de reserva legal	(924)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(5.917)
Lucro líquido ajustado	11.640
Dividendos mínimos obrigatórios:	
Ações ordinárias	2.910
Ações preferenciais	2.444
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	5.354

Adicionalmente, foram calculados os juros sobre o capital próprio observando-se os limites estabelecidos pela legislação fiscal, com base na variação da TJLP do período de janeiro a dezembro de 2014, no valor total de R\$ 5.917.

A movimentação das contas de dividendos propostos e JCP no exercício 2014 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.840	3.293	7.133
(-) Reversão da provisão do exercício 2013	(3.818)	-	3.315
(+) Crédito de JCP	-	5.917	9.232
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(888)	8.344
(-) Pagamento de dividendo residual do exercício 2012	(22)	-	8.322
(-) Transferência de JCP para aumento de capital	-	(4.435)	3.887
(-) Pagamento de JCP residual do exercício 2012	-	(14)	3.873
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	5.354	-	9.227
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.354	3.873	9.227

18 CONTINGÊNCIAS

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de naturezas cível, fiscal, previdenciária e trabalhista. Um resumo das contingências passivas as quais a Companhia é parte está sendo apresentado abaixo:

Natureza	Possível	Provável	Total
Cível	981	-	981
Total	981	-	981

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração julga não ser necessária a constituição de provisão contábil para fazer frente a questões cíveis nas quais a Companhia figura como ré, em função da cobertura destas sucumbências pelas seguradoras.

19 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES CONTINUADAS

Composição	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fornecimento faturado						
Residencial	63.663	61.990	125.772	118.349	61.105	54.195
Industrial	1.839	1.688	99.409	91.933	41.929	34.834
Comercial, serviços e outros	8.114	7.788	86.399	81.984	41.670	36.734
Rural	28.484	27.511	162.105	157.829	35.689	31.615
Poder público	1.020	897	15.756	15.129	7.359	6.542
Iluminação pública	19	19	17.885	15.572	4.864	3.737
Serviço público	130	127	12.521	12.123	4.682	4.134
Consumo próprio	35	36	788	755	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	484	657
Total do fornecimento de energia elétrica	103.304	100.056	520.635	493.674	197.782	172.448
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	4.762	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	33.234	22.176
Receita operacional bruta	103.304	100.056	520.635	493.674	235.778	194.624
(-) Deduções à receita operacional						
RGR	-	-	-	-	-	(213)
CDE	-	-	-	-	(2.343)	(1.332)
CCC	-	-	-	-	-	(210)
P&D	-	-	-	-	(871)	(720)
PEE	-	-	-	-	(871)	(711)
ICMS	-	-	-	-	(43.045)	(37.284)
PIS / COFINS / ISS	-	-	-	-	(10.106)	(9.933)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(57.236)	(50.403)
Receita operacional líquida	103.304	100.056	520.635	493.674	178.542	144.221

20 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

Supridora	2014		2013	
	MWh	R\$	MWh	R\$
ESCELSA	576.691	103.749	532.958	79.074
Encargos de uso da rede básica	-	4.747	-	3.200
PROINFRA	11.514	3.144	11.942	3.063
Subtotal	588.205	111.640	544.900	85.337
ESCELSA - Dif. art. 10º REH ANEEL 1.331/2012	-	-	-	370
ESCELSA - Dif. art. 9º REH ANEEL 1.584/2013	-	2.888	-	1.444
ESCELSA - Dif. art. 9º REH ANEEL 1.776/2014	-	1.423	-	-
Subtotal	-	4.311	-	1.814
Total	588.205	115.951	544.900	87.151

20.1 Suprimento de energia elétrica

Composição	2014		2013	
	MWh	R\$	MWh	R\$
Geração própria	7.428	-	7.021	-
Energia comprada	588.205	-	544.900	-
Total	595.633	-	551.921	-

21 RESULTADO FINANCEIRO

As receitas (despesas) financeiras estão assim representadas:

Composição	2014		2013	
	R\$		R\$	
Receitas financeiras				
Receita com aplicações financeiras	825		1.043	
Variações monetárias	381		168	
Outras receitas financeiras	3.383		2.069	
Total das receitas financeiras	4.589		3.280	
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.318)		(1.589)	
Variações monetárias	(1.095)		-	
Outras despesas financeiras	(1.662)		(971)	
Total das despesas financeiras	(4.075)		(2.560)	
Resultado Financeiro	514		720	

22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real e apresentados como segue:

Composição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	27.597	23.054	27.597	23.054
Alíquotas do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(6.899)	(5.764)	(2.484)	(2.075)
Adições (exclusões) líquidas	(12.947)	(331)	(12.947)	(2.783)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	14.650	22.723	14.650	20.271
Despesa de IRPJ e CSLL	(3.555)	(5.623)	(1.318)	(1.824)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	12,88%	24,39%	4,78%	7,91%

23 SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que, segundo a Administração da Companhia, são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado. Os principais ativos em serviço estão segurados por um montante global de R\$ 55.296.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Período de vigência	Importância segurada
Incêndio	26/07/14 a 26/07/15	53.256
Responsabilidade civil geral	26/07/14 a 26/07/15	1.700
Responsabilidade civil geral (danos morais)	26/07/14 a 26/07/15	340
		55.296

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Continuação

Continuação



NIRE: 32300002668
CNPJ: 27.485.069/0001-09

TRANSMITINDO MAIS
ENERGIA PARA SUA VIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 - Em milhares de reais

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, que não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outro ativo de risco.

24.1. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro. Somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, sendo:

(i) Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados, quando incorridos.

(iii) Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Os ativos não circulantes são classificados como disponíveis para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual.

(iv) Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções ao seu valor recuperável.

24.2. Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil, que equivale ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

	Valor justo		Valor contábil	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.193	7.533	11.193	7.533
Consumidores	23.248	18.418	23.248	18.418
Ativos financeiros setoriais	4.762	-	4.762	-
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	121.791	110.102	121.791	110.102
	160.994	136.053	160.994	136.053
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	15.231	10.281	15.231	10.281
Empréstimos e financiamentos	9.861	6.062	9.861	6.062
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos	17.204	19.049	17.204	19.049
	42.296	35.392	42.296	35.392

24.3. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Ativos financeiros	2014			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Disponíveis para venda	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.193	-	11.193
Consumidores	23.248	-	-	23.248
Ativos financeiros setoriais	-	-	4.762	4.762
Ativo financeiro indenizável (Concessão)	-	-	121.791	121.791
	23.248	11.193	126.553	160.994
Passivos financeiros				
				2014
				Outros ao custo amortizado
Fornecedores	15.231			
Empréstimos e financiamentos	27.065			
	42.296			

DIRETORIA

ARTHUR ARPINI COUTINHO
Diretor-presidente

ANGELO ARPINI COUTINHO
Diretor vice-presidente

ANGELO ANDRÉ BOSI
Diretor

CARLOS ALBERTO LIMA
Controlador CRC: ES 9263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e administradores

EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A.
Colatina, ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ênfase

Renovação da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia detém o contrato de concessão de

24.4. Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus acionistas.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos da caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

24.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (Covenants). O descumprimento dessas restrições pode implicar vencimento antecipado da dívida.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 13.

24.6. Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa definição está diretamente relacionada às rubricas Caixa e equivalentes de caixa e Consumidores.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é registrado na rubrica Ativo financeiro indenizável (Concessão), cujas informações com maior detalhamento são apresentadas na nota 9.

24.7. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo a todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (trade date) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.

A Companhia tem contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como swap, registrado por meio de uma hedge accounting de valor justo com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao banco Itaú Unibanco S.A. de empréstimo em moeda estrangeira.

Nos termos da Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício, assim como as principais características do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nacional USD	Nacional R\$	Valor justo	Efeito no resultado
					31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	2014
Swap								
Ativo	Itaú Unibanco S.A.	02/05/2014	30/04/2015	Varição Cambial + 1,72% a.a.	2.240	6.019	6.019	1.019
Passivo				108% do CDI			5.395	395
Total					2.240	6.019	624	624

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

25.1. Revisão tarifária extraordinária

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, a ANEEL homologou os resultados da revisão tarifária extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

As novas tarifas de aplicação entrarão em vigor a partir do dia 2 de março de 2015 e permanecerão vigentes até a data do próximo reajuste tarifário anual, o que, no caso da Companhia, ocorrerá em 15 de agosto de 2015. O efeito médio a ser percebido pelo consumidor da Santa Maria é de 21%.

Os principais eventos que motivaram essa revisão tarifária extraordinária são os seguintes:

- a) Custos com Exposição Involuntária ao Mercado de Curto Prazo - MCP;
- b) Risco hidrológico dos Contratos de Cota de Garantia Física - CGFG;
- c) Encargo de Serviço do Sistema por Segurança Energética;
- d) Aumento dos custos de compra de energia em função do reajuste da tarifa de Itaipi, do resultado do 14º Leilão de Energia Existente e do 18º Leilão de Ajuste; e
- e) Aumento da Quota de CDE.

25.2. Outros assuntos

A Santa Maria deverá ser desclassificada da condição de concessionária com mercado inferior ou igual a 500 GWh/ano em 2015, o que, de acordo com as normas regulatórias, reduzirá o seu contrato de suprimento mantido com a ESCELSA em 20% ao ano a partir de 2017, conforme Ofício nº 38/2015-SRG-SGT-SEM/ANEEL, de 13 de março de 2015.

A energia elétrica necessária para suprir essa redução de energia contratada, bem como o crescimento de mercado que venha a ocorrer, passará a ser adquirida pela Santa Maria no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, por meio dos leilões de energia elétrica realizados pelo Poder Concedente.

Em cumprimento às disposições legais, após a desclassificação, a Santa Maria também deverá realizar a segregação da atividade de geração da de distribuição.

distribuição de energia elétrica nº 020/1999-ANEEL, com prazo de vigência até 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou na ANEEL, no dia 10 de maio de 2012, sob o nº 48513.016058/2012-00, solicitação de prorrogação do prazo da concessão por mais 20 (vinte) anos, por meio da correspondência CP/1507/2012, de 7 de maio de 2012. Posteriormente, com o advento da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, e do Decreto nº 7.805/2012, a Companhia ratificou a solicitação de prorrogação do prazo da concessão protocolada em 10 de maio de 2012, ratificando-a apenas no que diz respeito ao prazo que amplia para 30 (trinta) anos, por meio da correspondência CP/4225/2012, de 2 de outubro de 2012. Por meio do Ofício Circular nº 01/2014-DR/ANEEL, de 17 de janeiro de 2014, a ANEEL manifestou-se sobre os requerimentos de prorrogação dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, e informou que, diante da legislação vigente, sua competência regulatória se limita à análise desses requerimentos, cabendo ao poder concedente (Ministério de Minas e Energia) a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária para as companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Vitória, ES, 13 de março de 2015.

Wladimir Firme Zanotti

Controlador CRC 1E907326/O-5

Wesley Cristian Marques

Controlador CRC 1E5009549/O-0

BAKER TILLY BRASIL - ES

Auditores Independentes

CRC2ES000289/O-5



BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES & CONSULTORES